



PODER EXECUTIVO

Governador	Eduardo Corrêa Riedel
Vice-Governador	José Carlos Barbosa
Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica.....	Rodrigo Perez Ramos
Secretário de Estado da Casa Civil	Walter Benedito Carneiro Junior
Controlador-Geral do Estado	Carlos Eduardo Girão de Arruda
Secretário de Estado de Fazenda	Flávio César Mendes de Oliveira
Secretário de Estado de Administração	Frederico Felini
Procuradora-Geral do Estado.....	Ana Carolina Ali Garcia
Secretário de Estado de Educação.....	Hélio Queiroz Daher
Secretário de Estado de Saúde.....	Maurício Simões Corrêa
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública	Antonio Carlos Videira
Secretária de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos	Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira
Secretário de Estado de Turismo, Esporte e Cultura	Marcelo Ferreira Miranda
Secretária de Estado da Cidadania	Viviane Luiza da Silva
Secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação	Jaime Elias Verruck
Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística	Guilherme Alcantara de Carvalho

SUMÁRIO

Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul	2
Empresa de Serviços Agropecuários de Mato Grosso do Sul	45
Empresa de Recursos Minerais de Mato Grosso do Sul	74

Publicação destinada à divulgação dos atos do Poder Executivo
Secretaria de Estado de Administração
Av. Desembargador José Nunes da Cunha, s/n
Parque dos Poderes - Bloco I - Telefones: (67) 3318-1480 3318-1420
79031-310 - Campo Grande-MS - CNPJ 02.940.523.0001/43

www.diariooficial.ms.gov.br – e-mail: materia@sad.ms.gov.br

Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul

PORTARIA AGEMS Nº 331, DE 24 DE MARÇO DE 2026.

Publica os Balanços (Anexos 12, 13, 14, 15, 17 e 18 e Notas Explicativas) referentes às Contas Anuais de Gestão do exercício de 2025.

O **DIRETOR-PRESIDENTE** da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul – **AGEMS**, no uso de suas atribuições, e considerando o disposto na Resolução-TCE/MS nº 88, de 03 de outubro de 2018 e alterações posteriores, **R E S O L V E**:

Art. 1º Divulgar os Balanços (Anexos 12, 13, 14, 15, 17 e 18 e Notas Explicativas) correspondentes às Contas Anuais de Gestão da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul, relativos ao exercício de 2025, conforme anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande – MS, 24 de março de 2026.

CARLOS ALBERTO DE ASSIS

Diretor-Presidente



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul
 Secretaria de Estado de Fazenda do MS - SEFAZ
 Superintendência de Contabilidade Geral do Estado - SCGE
 510201 - AGENCIA ESTADUAL DE REGULACAO DE SERVICOS PUBLICOS DE MATO GROSSO DO SUL

Valores na escala de R\$ 1,00

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - QUADRO PRINCIPAL - ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL (RECEITAS)
 Balanço 2025

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
Receitas Correntes (I)	22.472.000,00	25.882.123,00	25.838.199,59	(43.923,41)
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.321.400,00	4.621.400,00	5.546.682,23	925.282,23
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	189.300,00	189.300,00	175.105,88	(14.194,12)
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	17.158.700,00	19.858.700,00	18.435.157,20	(1.423.542,80)
Transferências Correntes	251.500,00	661.623,00	824.413,33	162.790,33
Outras Receitas Correntes	551.100,00	551.100,00	856.840,95	305.740,95
Receitas de Capital (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	22.472.000,00	25.882.123,00	25.838.199,59	(43.923,41)
Operações de Crédito/ Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	22.472.000,00	25.882.123,00	25.838.199,59	(43.923,41)
Déficit (VI)	2.795.000,00	16.102.255,50	13.126.974,94	(2.975.280,56)
TOTAL (VII) = (V + VI)	25.267.000,00	41.984.378,50	38.965.174,53	(3.019.203,97)
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	4.526.327,80	4.526.327,80	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	4.526.327,80	4.526.327,80	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - QUADRO PRINCIPAL - ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL (DESPESAS)
Balanço 2025

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
Despesas Correntes (VIII)	25.267.000,00	41.793.028,85	38.842.651,38	38.842.651,38	38.833.488,71	2.950.377,47
Pessoal e Encargos Sociais	18.600.000,00	17.800.051,27	16.892.549,79	16.892.549,79	16.892.549,79	907.501,48
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	6.667.000,00	23.992.977,58	21.950.101,59	21.950.101,59	21.940.938,92	2.042.875,99
Despesas de Capital (IX)	0,00	191.349,65	122.523,15	122.523,15	122.523,15	68.826,50
Investimentos	0,00	191.349,65	122.523,15	122.523,15	122.523,15	68.826,50
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de contingência (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	25.267.000,00	41.984.378,50	38.965.174,53	38.965.174,53	38.956.011,86	3.019.203,97
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)= (XI+ XII)	25.267.000,00	41.984.378,50	38.965.174,53	38.965.174,53	38.956.011,86	3.019.203,97
Superávit (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	25.267.000,00	41.984.378,50	38.965.174,53	38.965.174,53	38.956.011,86	3.019.203,97
Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Balço 2025

	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo a Pagar (f)=(a+b-d-e)
	Em exercícios anteriores	Em 31 de Dez. do Exercício de 2024				
	(a)	(b)				
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos Da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - QUADRO DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS
Balanço 2025

	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo a Pagar (e)=(a+b-c-d)
	Em exercícios anteriores	Em 31 de Dez. do Exercício de 2024			
	(a)	(b)			
Despesas Correntes	26.970,70	1.049.456,21	1.035.692,83	25.997,67	14.736,41
Pessoal e Encargos Sociais	24.995,44	955.475,49	941.712,11	24.995,44	13.763,38
Juros e Encargos Da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.975,26	93.980,72	93.980,72	1.002,23	973,03
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	26.970,70	1.049.456,21	1.035.692,83	25.997,67	14.736,41

LOURDES RIBEIRO RAMOS
Contadora - CRC/MS 002380/0-0

CARLOS ALBERTO DE ASSIS
Diretor Presidente

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul
 Secretaria de Estado de Fazenda do MS - SEFAZ
 Superintendência de Contabilidade Geral do Estado - SCGE
 510201 - AGENCIA ESTADUAL DE REGULACAO DE SERVICOS PUBLICOS DE MATO GROSSO DO SUL

Valores na escala de R\$ 1,00

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO - INGRESSOS
 Balanço 2025

	Nota	2025	2024
Receita Orçamentária (I)		25.838.199,59	24.733.731,64
Recursos Não Vinculados		0,00	0,00
Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)		25.838.199,59	24.733.731,64
Recursos Vinculados à Educação		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social (EXCETO RPPS)		0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências		886.237,68	1.533.974,09
Demais Vinculações Legais		24.951.961,91	23.199.757,55
Outras Vinculações		0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)		0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)		0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração		0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)		10.902.316,93	11.815.616,30
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		10.902.316,93	11.815.616,30
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS		0,00	0,00
Transferências Recebidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares		0,00	0,00
Outras Movimentações Financeiras Recebidas (III)		0,00	0,00
Resgate de Investimentos e Aplicações Financeiras		0,00	0,00
Desbloqueios de Valores em Caixa		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (IV)		8.775.137,30	7.738.097,84
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados		9.162,67	1.049.456,21
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		7.412.839,31	5.848.535,12
218810103 - ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES		1.607,98	120,00
218810106 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSOS		50.163,16	0,00
218810110 - PENSÃO ALIMENTICIA		108.180,21	86.087,37
218810111 - PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDICA		581.254,40	522.218,69
218810113 - RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		59.074,19	19.510,51
218810115 - RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		815.539,02	553.151,50
218810199 - OUTROS CONSIGNATARIOS		24.687,55	17.948,46
218810403 - DEPOSITOS DE TERCEIROS		3.542,95	6.602,65
218819901 - SALÁRIOS,REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO		1.343.135,32	722.456,57
218819906 - SUPRIMENTO DE FUNDOS-CARTÃO CORPORATIVO		109.800,00	0,00
218820101 - RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		352.885,64	293.034,87

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO - INGRESSOS
Balanço 2025

	Nota	2025	2024
218820104 - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		3.035.957,72	2.868.413,91
218830102 - CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		824.392,73	605.166,69
218850108 - ISS		102.618,44	153.823,90
Outros Recebimentos Extraorçamentários		1.353.135,32	840.106,51
Saldo do Exercício Anterior (V)		5.650.000,08	4.689.857,52
Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)		5.650.000,08	4.689.857,52
Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
TOTAL (VI) = (I + II + III + IV + V)		51.165.653,90	48.977.303,30

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO - DISPÊNDIOS
Balanço 2025

	Nota	2025	2024
Despesa Orçamentária (VII)		38.965.174,53	33.801.152,38
Recursos Não Vinculados		10.869.990,43	11.703.912,10
Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)		28.095.184,10	22.097.240,28
Recursos Destinados à Educação		0,00	0,00
Recursos Destinados à Saúde		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social (EXCETO RPPS)		0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências		1.228.114,00	1.646.970,56
Demais Vinculações Legais		26.867.070,10	20.450.269,72
Outras Vinculações		0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)		0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)		0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração		0,00	0,00
Transferências Financeiras Concedidas (VIII)		684.583,98	259.423,22
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		608.717,20	202.264,14
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		75.866,78	57.159,08
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS		0,00	0,00
Transferências Concedidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares		0,00	0,00
Outras Movimentações Financeiras Concedidas (IX)		0,00	0,00
Transferências para Investimentos e Aplicações Financeiras		0,00	0,00
Bloqueios de Valores em Caixa		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (X)		9.709.796,73	9.266.727,62
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00	278.121,06
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		1.035.692,83	1.923.270,11
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		7.320.968,58	6.225.229,94
218810103 - ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES		1.367,98	120,00
218810106 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSOS		50.163,16	0,00
218810110 - PENSÃO ALIMENTÍCIA		111.930,05	84.910,39
218810111 - PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDICA		579.866,25	561.794,95
218810113 - RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		57.315,61	21.307,52
218810115 - RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		756.341,49	590.007,69
218810199 - OUTROS CONSIGNATARIOS		22.902,08	19.114,76
218810403 - DEPOSITOS DE TERCEIROS		3.132,41	5.840,20
218819901 - SALÁRIOS,REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO		1.343.135,32	722.456,57
218819906 - SUPRIMENTO DE FUNDOS-CARTÃO CORPORATIVO		109.800,00	0,00
218820101 - RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		330.089,35	316.708,86
218820104 - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		3.035.014,82	3.096.215,63
218830102 - CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		824.167,97	646.322,57
218850108 - ISS		95.742,09	160.430,80
Outros Pagamentos Extraorçamentários		1.353.135,32	840.106,51
Saldo para o Exercício Seguinte (XI)		1.806.098,66	5.650.000,08

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO - DISPÊNDIOS
Balanço 2025

	Nota	2025	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)		1.804.883,52	5.650.000,08
Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.215,14	0,00
TOTAL (XII) = (VII + VIII + IX + X + XI)		51.165.653,90	48.977.303,30

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO - QUADRO ANEXO
Balanço 2025

ESPECIFICACAO	Exercício de 2025			Exercício de 2024		
	Receita Orçamentária	Deduções da Receita Orçamentária	Saldo	Receita Orçamentária	Deduções da Receita Orçamentária	Saldo
	(a)	(b)	(c) = (a - b)	(d)	(e)	(f) = (d - e)
Recursos Não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vinculada	25.838.199,59	0,00	25.838.199,59	24.733.731,64	0,00	24.733.731,64
Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	886.237,68	0,00	886.237,68	1.533.974,09	0,00	1.533.974,09
Demais Vinculações Legais	24.951.961,91	0,00	24.951.961,91	23.199.757,55	0,00	23.199.757,55
Outras Destinações de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	25.838.199,59	0,00	25.838.199,59	24.733.731,64	0,00	24.733.731,64

LOURDES RIBEIRO RAMOS
Contadora - CRC/MS 002380/0-0

CARLOS ALBERTO DE ASSIS
Diretor Presidente

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul
 Secretaria de Estado de Fazenda do MS - SEFAZ
 Superintendência de Contabilidade Geral do Estado - SCGE
 510201 - AGENCIA ESTADUAL DE REGULACAO DE SERVICOS PUBLICOS DE MATO GROSSO DO SUL

Valores na escala de R\$ 1,00

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO PRINCIPAL - ATIVO
 Balanço 2025

	Nota	Exercicio 2025	Exercicio 2024
ATIVO		2.882.562,40	6.886.745,61
Ativo Circulante		1.834.462,71	5.670.660,94
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.804.883,52	5.650.000,08
Créditos a Curto Prazo		0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		5.576,30	4.361,16
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
Estoques		24.002,89	16.299,70
Ativo não Circulante Mantido para Venda		0,00	0,00
Ativo Biológico		0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente		0,00	0,00
Ativo Não Circulante		1.048.099,69	1.216.084,67
Realizável a Longo Prazo		0,00	0,00
Créditos a Longo Prazo		0,00	0,00
Demais Créditos a Longo Prazo		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		0,00	0,00
Estoques		0,00	0,00
VPD pagas antecipadamente		0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00
Imobilizado		926.099,69	960.644,67
Intangível		122.000,00	255.440,00
TOTAL DE ATIVO		2.882.562,40	6.886.745,61

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO PRINCIPAL - PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Balço 2025

	Nota	Exercício 2025	Exercício 2024
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.882.562,40	6.886.745,61
Passivo Circulante		294.071,07	1.254.848,49
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo		167.142,32	1.189.457,31
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		9.162,67	38.493,60
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		0,00	0,00
Transferências Fiscais a Curto Prazo		973,03	1.975,26
Provisões a Curto Prazo		0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo		116.793,05	24.922,32
Passivo Não Circulante		0,00	0,00
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo		0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		0,00	0,00
Transferências Fiscais a Longo Prazo		0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo		0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo		0,00	0,00
Resultado Diferido		0,00	0,00
Patrimônio Líquido		2.588.491,33	5.631.897,12
Patrimônio Social e Capital Social		0,00	0,00
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		0,00	0,00
Reservas de Capital		0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial		0,00	0,00
Reservas de Lucros		0,00	0,00
Demais Reservas		400.000,00	400.000,00
Resultados Acumulados		2.188.491,33	5.231.897,12
Superávits ou Déficits Acumulados		2.188.491,33	5.231.897,12
Superávits ou Déficits do Exercício		(3.043.405,79)	2.064.686,45
Superávits ou Déficits do Exercício Anteriores		5.231.897,12	3.135.876,61
Ajustes de Exercícios Anteriores		0,00	31.334,06
Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão		0,00	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados		0,00	0,00
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.882.562,40	6.886.745,61

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS PERMANENTES
Balanço 2025

	Nota	Exercicio 2025	Exercicio 2024
ATIVO (I)		2.882.562,40	6.886.745,61
Ativo Financeiro		1.806.098,66	5.650.000,08
Ativo Permanente		1.076.463,74	1.236.745,53
PASSIVO (II)		294.071,07	1.254.848,49
Passivo Financeiro		141.456,14	1.098.884,55
Passivo Permanente		152.614,93	155.963,94
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)		2.588.491,33	5.631.897,12

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO
Balanço 2025

	Nota	Exercício 2025	Exercício 2024
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		6.284.801,78	3.761.151,31
Garantias e Contra garantias recebidas		0,00	0,00
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres		6.284.801,78	3.761.151,31
Direitos Contratuais		0,00	0,00
Demandas Judiciais		0,00	0,00
Outros atos potenciais ativos		0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
Garantias e Contra garantias concedidas		0,00	0,00
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres		0,00	0,00
Obrigações contratuais		0,00	0,00
Demandas Judiciais		0,00	0,00
Outros atos potenciais passivos		0,00	0,00

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (Lei nº 4.320/1964)
Balanço 2025

	Nota	Exercicio 2025	Exercicio 2024
500 Recursos não Vinculados de Impostos		42,65	0,00
700 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União		426.054,75	767.931,07
756 Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Indireta		30.630,50	59.621,00
799 Outras Vinculações Legais		1.207.914,62	3.723.563,46
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS		1.664.642,52	4.551.115,53

LOURDES RIBEIRO RAMOS
Contadora - CRC/MS 002380/0-0

CARLOS ALBERTO DE ASSIS
Diretor Presidente

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul
 Secretaria de Estado de Fazenda do MS - SEFAZ
 Superintendência de Contabilidade Geral do Estado - SCGE
 510201 - AGENCIA ESTADUAL DE REGULACAO DE SERVICOS PUBLICOS DE MATO GROSSO DO SUL

Valores na escala de R\$ 1,00

ANEXO 15 - DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
 Balanço 2025

	Nota	2025	2024
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)		36.770.503,95	36.554.445,98
Impostos , Taxas e Contribuições de Melhoria		5.546.682,23	4.752.594,96
Contribuições		0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		18.419.006,76	17.506.531,47
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		191.256,32	292.409,82
Transferências e Delegações Recebidas		11.726.730,26	13.241.601,32
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		29.987,43	5.098,04
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		856.840,95	756.210,37
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)		39.813.909,74	34.489.759,53
Pessoal e Encargos		16.890.455,84	15.689.874,20
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.597.564,45	1.359.102,38
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		20.178.483,96	16.823.927,98
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas		687.812,67	270.721,92
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		78.789,60	0,00
Tributárias		380.803,22	343.300,45
Custo das Mercadorias e dos Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		0,00	2.832,60
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)		(3.043.405,79)	2.064.686,45

LOURDES RIBEIRO RAMOS
 Contadora - CRC/MS 002380/0-0

CARLOS ALBERTO DE ASSIS
 Diretor Presidente

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF



A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <https://www.diariooficial.ms.gov.br/>



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul
 Secretaria de Estado de Fazenda do MS - SEFAZ
 Superintendência de Contabilidade Geral do Estado - SCGE
 510201 - AGENCIA ESTADUAL DE REGULACAO DE SERVICOS PUBLICOS DE MATO GROSSO DO SUL

Valores na escala de R\$ 1,00

ANEXO 17 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE (POR EXERCÍCIO)
 Balanço 2025

TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR	1.076.426,91	9.162,67	1.061.690,50	23.899,08
PROCESSADOS	1.076.426,91	9.162,67	1.061.690,50	23.899,08
2020	1.002,23	0,00	1.002,23	0,00
2021	973,03	0,00	0,00	973,03
2023	24.995,44	0,00	24.995,44	0,00
2024	1.049.456,21	0,00	1.035.692,83	13.763,38
2025	0,00	9.162,67	0,00	9.162,67
DEPÓSITOS / CONSIGNAÇÕES	11.158,94	7.424.395,08	7.332.524,35	103.029,67
VALORES RESTITUÍVEIS	11.158,94	7.424.395,08	7.332.524,35	103.029,67
218810103 - ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES	0,00	1.607,98	1.367,98	240,00
218810106 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSOS	0,00	50.163,16	50.163,16	0,00
218810110 - PENSÃO ALIMENTÍCIA	3.749,84	108.180,21	111.930,05	0,00
218810111 - PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDICA	0,00	581.254,40	579.866,25	1.388,15
218810113 - RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	3.015,56	59.074,19	57.315,61	4.774,14
218810115 - RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	798,10	815.539,02	756.341,49	59.995,63
218810199 - OUTROS CONSIGNATARIOS	0,00	24.687,55	22.902,08	1.785,47
218810403 - DEPOSITOS DE TERCEIROS	762,45	3.542,95	3.132,41	1.172,99
218819901 - SALÁRIOS,REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO	0,00	1.354.691,09	1.354.691,09	0,00
218819906 - SUPRIMENTO DE FUNDOS-CARTÃO CORPORATIVO	0,00	109.800,00	109.800,00	0,00
218820101 - RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	0,00	352.885,64	330.089,35	22.796,29
218820104 - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	0,00	3.035.957,72	3.035.014,82	942,90
218830102 - CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	2.301,79	824.392,73	824.167,97	2.526,55
218850108 - ISS	531,20	102.618,44	95.742,09	7.407,55

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF



DOCUMENTO
ASSINADO
ELETRONICAMENTE

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <https://www.diariooficial.ms.gov.br/>



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul
 Secretaria de Estado de Fazenda do MS - SEFAZ
 Superintendência de Contabilidade Geral do Estado - SCGE
 510201 - AGENCIA ESTADUAL DE REGULACAO DE SERVICOS PUBLICOS DE MATO GROSSO DO SUL

Valores na escala de R\$ 1,00

ANEXO 17 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE (POR UNIDADE)
 Balanço 2025

TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR	1.076.426,91	9.162,67	1.061.690,50	23.899,08
PROCESSADOS	1.076.426,91	9.162,67	1.061.690,50	23.899,08
510201 - AGENCIA ESTADUAL DE REGULACAO DE SERVICOS PUBLICOS DE MATO GROSSO DO SUL	1.076.426,91	9.162,67	1.061.690,50	23.899,08
DEPÓSITOS / CONSIGNAÇÕES	11.158,94	7.424.395,08	7.332.524,35	103.029,67
VALORES RESTITUÍVEIS	11.158,94	7.424.395,08	7.332.524,35	103.029,67
510201 - AGENCIA ESTADUAL DE REGULACAO DE SERVICOS PUBLICOS DE MATO GROSSO DO SUL	11.158,94	7.424.395,08	7.332.524,35	103.029,67

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF



DOCUMENTO
 ASSINADO
 ELETRONICAMENTE

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <https://www.diariooficial.ms.gov.br/>



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul
Secretaria de Estado de Fazenda do MS - SEFAZ
Superintendência de Contabilidade Geral do Estado - SCGE
510201 - AGENCIA ESTADUAL DE REGULACAO DE SERVICOS PUBLICOS DE MATO GROSSO DO SUL

Valores na escala de R\$ 1,00

ANEXO 17 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE
Balço 2025

DETALHAMENTO DOS RESTOS A PAGAR

DESCRIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	LIQUIDADO	A LIQUIDAR
PROCESSADOS	23.899,08	0,00
TOTAL:	23.899,08	0,00

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF



DOCUMENTO
ASSINADO
ELETRONICAMENTE

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <https://www.diariooficial.ms.gov.br/>



Governo do Estado de Mato Grosso do Sul
 Secretaria de Estado de Fazenda do MS - SEFAZ
 Superintendência de Contabilidade Geral do Estado - SCGE
 510201 - AGENCIA ESTADUAL DE REGULACAO DE SERVICOS PUBLICOS DE MATO GROSSO DO SUL

Valores na escala de R\$ 1,00

ANEXO 18 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - QUADRO PRINCIPAL
 Balanço 2025

	Nota	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ingressos		45.506.491,15	43.237.989,57
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		5.546.682,23	4.752.594,96
Receita de Contribuições		0,00	0,00
Receita Patrimonial		0,00	278.552,09
Receita Agropecuária		0,00	0,00
Receita Industrial		0,00	0,00
Receita de Serviços		18.435.157,20	17.520.389,20
Remuneração das Disponibilidades		175.105,88	0,00
Outras Receitas Derivadas e Originárias		20.525.132,51	19.260.468,30
Transferências recebidas		824.413,33	1.425.985,02
Desembolsos		49.229.084,56	42.180.698,58
Pessoal e demais despesas		38.550.514,57	33.793.961,88
Juros e encargos da dívida		0,00	0,00
Transferências concedidas		1.318.666,97	1.061.977,03
Outros desembolsos operacionais		9.359.903,02	7.324.759,67
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)		(3.722.593,41)	1.057.290,99
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		0,00	0,00
Ingressos		0,00	0,00
Alienação de Bens		0,00	0,00
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos		0,00	0,00
Outros ingressos de investimentos		0,00	0,00
Desembolsos		122.523,15	97.148,43
Aquisição de ativo não circulante		122.523,15	97.148,43
Concessão de empréstimos e financiamentos		0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos		0,00	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)		(122.523,15)	(97.148,43)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		0,00	0,00

	Nota	2025	2024
Ingressos		0,00	0,00
Operações de crédito		0,00	0,00
Integralização do capital social de empresas dependentes		0,00	0,00
Outros ingressos de financiamentos		0,00	0,00
Desembolsos		0,00	0,00
Amortização /Refinanciamento da dívida		0,00	0,00
Outros desembolsos de financiamentos		0,00	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)		0,00	0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		(3.845.116,56)	960.142,56
Caixa e Equivalentes de caixa inicial		5.650.000,08	4.689.857,52
Caixa e Equivalente de caixa final		1.804.883,52	5.650.000,08

ANEXO 18 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS
Balanço 2025

	Nota	2025	2024
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS			
Intergovernamentais		824.413,33	1.425.985,02
da União		824.413,33	1.425.985,02
de Estados e Distrito Federal		0,00	0,00
de Municípios		0,00	0,00
Intragovernamentais			
Outras transferências recebidas			
Total das Transferências Recebidas		824.413,33	1.425.985,02
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS			
Intergovernamentais			
a União		0,00	0,00
a Estados e Distrito Federal		0,00	0,00
a Municípios		0,00	0,00
Intragovernamentais		1.318.666,97	1.061.977,03
Outras transferências concedidas			
Total das Transferências Concedidas		1.318.666,97	1.061.977,03

ANEXO 18 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DESEMBOLSO DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO
Balanço 2025

	Nota	2025	2024
Legislativa		0,00	0,00
Judiciária		0,00	0,00
Essencial à Justiça		0,00	0,00
Administração		38.550.514,57	33.793.961,88
Defesa Nacional		0,00	0,00
Segurança Pública		0,00	0,00
Relações Exteriores		0,00	0,00
Assistência Social		0,00	0,00
Previdência Social		0,00	0,00
Saúde		0,00	0,00
Trabalho		0,00	0,00
Educação		0,00	0,00
Cultura		0,00	0,00
Direitos da Cidadania		0,00	0,00
Urbanismo		0,00	0,00
Habituação		0,00	0,00
Saneamento		0,00	0,00
Gestão Ambiental		0,00	0,00
Ciência e Tecnologia		0,00	0,00
Agricultura		0,00	0,00
Organização Agrária		0,00	0,00
Indústria		0,00	0,00
Comércio e Serviços		0,00	0,00
Comunicações		0,00	0,00
Energia		0,00	0,00
Transporte		0,00	0,00
Desporto e Lazer		0,00	0,00
Encargos Especiais		0,00	0,00
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função		38.550.514,57	33.793.961,88

ANEXO 18 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - QUADRO JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA
Balço 2025

	Nota	2025	2024
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida		0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida			

LOURDES RIBEIRO RAMOS
Contadora - CRC/MS 002380/0-0

CARLOS ALBERTO DE ASSIS
Diretor Presidente

FONTE: Sistema de Planejamento e Finanças - SPF

AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE MATO GROSSO DO SUL – AGEMS**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS****Exercício findo em 31 de dezembro de 2025.****1 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

A Unidade Gestora 510201 - Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul - AGEMS, criada pela Lei nº 2.363, de 19 de dezembro de 2001, alterada pelas Leis nº 5.800, de 16 de dezembro de 2021 e nº 5.976 de 17 de novembro de 2022, com patrimônio próprio, com sede e foro na Avenida Afonso Pena, nº 3026, em Campo Grande/MS, é uma entidade, com personalidade jurídica de direito público, organizada sob a forma de autarquia, inscrita no CNPJ sob nº 04.895.130.0001-90. Encontra-se vinculada à **Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica - SEGOV**.

Atividade Principal - Prestação de serviços na Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de MATO GROSSO DO SUL

Competência: controlar, fiscalizar, normatizar, padronizar, conceder, homologar e fixar tarifas dos serviços públicos delegados e tarifados no âmbito do Estado.

2 - CONTEXTO OPERACIONAL

A execução operacional da Unidade Gestora 510201 no exercício 2025 está amparada pelo Plano Plurianual – PPA Quadriênio 2024 - 2027 instituído pela Lei nº. 6.371 de 16/12/2024, Lei do Orçamentária Anual - LOA nº. 6.372 de 16.12.2024 e A Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO Nº. 6.284 de 22/07/2024 e demais leis que autorizaram os créditos adicionais, quando abertos no exercício corrente.

As Demonstrações Contábeis referem-se ao exercício financeiro 2025, coincidente com o ano civil, compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro, foram elaboradas em conformidade com a:

- Constituição Federal de 1988;
- Lei 4.320/1964;
- Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP 11ª – edição);
- Normas Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP);
- Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP);
- Demais normativos da Secretaria do Tesouro Nacional.

Com amparo, nas informações consolidadas nas contas contábeis do órgão – UG 510201 – Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul-AGEMS.

A estrutura e a composição das DCON estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público, conforme disposto no Capítulo IV da Lei 4.320/1964 e da Parte V do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP):

- a) Balanço Orçamentário (BO);
- b) Balanço Financeiro (BF);
- c) Balanço Patrimonial;
- d) Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP);
- e) Demonstrações dos Fluxos de Caixa;
- f) Notas Explicativas.

3 – POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 – BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema de Planejamento e Finanças (SPF), sistema oficial adotado pelo Estado para o registro dos atos e fatos relativos à execução orçamentária, financeira e patrimonial.

A elaboração observou as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), as orientações das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 11ª edição, além das demais disposições legais e normativas pertinentes.

As presentes Notas Explicativas integram as Demonstrações Contábeis e têm por finalidade complementar e pormenorizar informações relevantes, não suficientemente evidenciadas nos demonstrativos, abrangendo critérios contábeis adotados, aspectos patrimoniais, orçamentários e legais, bem como outros elementos necessários à adequada compreensão dos registros contábeis e prestação de contas.

3.1.1. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), inclusive em sua versão estendida, é adotado como referência para a estruturação dos registros contábeis e para a geração da Matriz de Saldos Contábeis (MSC), observando-se a padronização nacional estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional.

3.1.2. Ementário da Classificação por Natureza de Receita

A classificação das receitas orçamentárias observa o Ementário da Classificação por Natureza da Receita, conforme normativos expedidos pela STN e SOF, assegurando a adequada codificação e o registro contábil padronizado das receitas públicas.

3.1.3. Fonte ou Destinação de recursos

A classificação por Fonte ou Destinação de Recursos observa as codificações estabelecidas pelos normativos da STN e SOF, garantindo a adequada vinculação entre receitas e despesas e o cumprimento das disposições legais aplicáveis

3.2. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Estado de Mato Grosso do Sul.

3.3 – PRINCÍPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.3.1 Classificação entre Circulante Não Circulante.

No Ativo e no Passivo, são classificados como circulantes os direitos e as obrigações com realização ou exigibilidade até 12 meses após a data do Balanço. Os ingressos extraorçamentários, são valores compensatórios, classificados no Passivo Circulante, independentemente do prazo de devolução. Os demais itens são classificados como não circulantes.

3.3.2 Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreendem numerários em espécie, saldos em conta única do Tesouro, contas bancárias movimento e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez. São mensurados pelo valor original. As aplicações financeiras são registradas em conformidade com o Regime de Competência, pelo valor aplicado acrescido do rendimento auferido até 31/12/2025.

3.3.3 CRÉDITOS A RECEBER

Registrado pelo valor nominal atualizado, com base em análise histórica de inadimplência e recuperabilidade.

3.3.4. Estoques

Os estoques são registrados pelo custo de aquisição, incluindo outros custos necessários para colocá-los em sua condição atual. O método de mensuração adotado é o custo médio ponderado, conforme a Lei nº 4.320/1964 e a NBC TSP 04/2016. A AGEMS controla os estoques por meio do Sistema SISMOBI.

Realizado inventário físico anual para fins de confrontação com os registros contábeis.

3.3.5. Imobilizado

Reconhecido inicialmente pelo custo histórico de aquisição, sendo atualizado pelo ajuste da depreciação, conforme a natureza do bem, atendendo disposições da NBC TSP 07. O controle é realizado por meio dos sistemas **SISMOB**.

3.3.6. Intangível

O Intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da atividade pública, é reconhecido pelo custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzido da amortização ou exaustão acumulada, conforme sua natureza em conformidade com a NBC TSP 08 e do MCASP (11ª Edição), sendo que quando obtido a título gratuito, é registrado com base em avaliação técnica, ou valor constante no Termo de Doação. É controlado pelo **SISMOBI**

3.3.7. Depreciação, Amortização e Exaustão

A depreciação, a amortização e a exaustão são calculadas pelo método das quotas constantes (método linear), com base na vida útil do bem, são depreciados ou amortizados até que o bem atinja seu valor residual. A depreciação e a amortização iniciam-se quando o ativo está disponível para uso. A Autarquia realiza inventário patrimonial anual, com conciliação contábil

3.3.8. Reconhecimento das Receitas

As receitas são reconhecidas sob o aspecto patrimonial e orçamentário, observando-se o regime de competência, em conformidade com a determinação do artigo 35 – Inciso I da Lei 4.320/1964.

3.3.9 Reconhecimento das Despesas

As despesas são reconhecidas orçamentariamente (empenho) e patrimonialmente quando ocorre o fato gerador, conforme MCASP e Lei 4.320/1964.

3.3.10 RESTOS A PAGAR

Os Restos a Pagar inscritos observam as determinações da Lei 4.320/1964 e encontram-se suportados por disponibilidade financeira suficiente.

3.3.11 Remuneração de Depósito Bancário

São registrados pelo Regime de Competência, no momento em que o rendimento é gerado, em conformidade com o MCASP, os rendimentos representam uma Variação Patrimonial Aumentativa.

3.3.12 Fonte ou Destinação de Recursos

A AGEMS pratica a classificação por fontes ou destinações de recursos como instrumento de monitoramento da vinculação das receitas às correspondentes despesas, em conformidade com as normas vigentes da Secretaria do Tesouro Nacional e com a legislação estadual aplicável. O dígito identificador da fonte indica o exercício de origem do recurso, sendo "1" para recursos do exercício corrente e "2" para recursos de exercícios anteriores.

3.3.13 Contabilização de Retenções

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, conforme faculta o MCASP, como ajuste de metodologia, sendo que as inscrições de Restos a Pagar Processados são registradas pelo valor líquido, ou seja, os valores inscritos já se encontram descontados suas devidas retenções, preservando o equilíbrio entre os demonstrativos bem como o Passivo Financeiro (F) do ente.

3.3.14 Apuração do Resultado

O resultado orçamentário é apurado no confronto entre as Receitas Orçamentárias Realizadas e as Despesas Orçamentárias Empenhadas no decorrer do exercício, evidenciado no Balanço Orçamentário.

3.4 GOVERNANÇA, CONTROLES INTERNOS E CONFIABILIDADE DAS INFORMAÇÕES

3.4.1 GOVERNANÇA

Aplicação de mecanismos de liderança, estratégia e controle destinados a dirigir, monitorar e avaliar a gestão, com o objetivo de assegurar que as ações da entidade estejam alinhadas ao interesse público, à legislação vigente e aos princípios da administração pública, promovendo transparência, responsabilidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

3.4.2 CONTROLES INTERNOS

Foram aplicados todos os procedimentos, normas e rotinas adotados pela administração para garantir que as atividades da entidade sejam executadas de forma correta e segura, com a finalidade de prevenir erros, irregularidades e fraudes, assegurar o cumprimento da legislação, proteger o patrimônio público e garantir que as operações sejam registradas adequadamente.

3.4.3 CONFIABILIDADE DAS INFORMAÇÕES

A confiabilidade das informações refere-se à qualidade, precisão e integridade dos dados contábeis, financeiros e administrativos produzidos pela entidade. Informações confiáveis são aquelas que representam fielmente os fatos ocorridos, possibilitando transparência, prestação de contas e suporte adequado para a tomada de decisões pelos gestores.

As Demonstrações Contábeis foram previamente disponibilizadas à Unidade Setorial de Controle Interno (USCI) da AGEMS para conhecimento e eventuais pronunciamentos, em observância aos princípios da governança e controle interno.

4 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/CRÉDITOS ADICIONAIS

Os Créditos Adicionais estão autorizados em conformidade com o inciso I do art. 40 da Lei Federal nº 4.320/1964, para atender a determinada programação orçamentária. No exercício de 2025, foram abertos Créditos Adicionais no montante de R\$ 16.717.378,50.

A dotação inicial autorizada para a execução orçamentária no exercício de 2025 foi de R\$ 25.267.000,00. Portanto, considerando os Créditos Adicionais liberados, a dotação atualizada passou para R\$ 41.984.378,50.

Tabela 1. Demonstrativo de Abertura de Créditos Adicionais

NUM. DECRETO	D.O. DT. PUBL	INCISO I SUP. FINANCEIRO	INCISO II EXCESSO ARRECAÇÃO	INCISO III		TOTAL
				SUPLEMENTAÇÃO	REDUÇÃO	
000006-2025	10/01/2025	400.000,00				400.000,00
000009-2025	17/01/2025	2.780.974,58		400.000,00	400.000,00	2.780.974,58
000010-2025	24/01/2025			2.400.000,00		2.400.000,00
000015-2025	07/02/2025	10.000,00				10.000,00
000018-2025	26/02/2025	753.593,92				753.593,92
000026-2025	21/03/2025			2.300.000,00	2.300.000,00	0,00
000032-2025	16/04/2025			1.200.000,00	1.200.000,00	0,00
000033-2025	24/04/2025			500.000,00	500.000,00	0,00
000038-2025	08/05/2025			21.350,00	21.350,00	0,00
000042-2025	23/05/2025			743.000,00	743.000,00	0,00
000044-2025	29/05/2025	10.000,00				10.000,00
000046-2025	06/06/2025			211.000,00	211.000,00	0,00

000048-2025	12/06/2025			646.000,00	646.000,00	0,00
000052-2025	02/07/2025			44.800,00	44.800,00	0,00
000054-2025	11/07/2025			3.284.436,46		3.284.436,46
000056-2025	17/07/2025			645.000,00	645.000,00	0,00
000058-2025	25/07/2025	20.000,00		100.000,00	100.000,00	20.000,00
000064-2025	08/08/2025			650.000,00	650.000,00	0,00
000066-2025	13/08/2025			93.533,00	93.533,00	0,00
000068-2025	15/08/2025			190.000,00	190.000,00	0,00
000070-2025	20/08/2025			200.000,00	200.000,00	0,00
000071-2025	22/08/2025	544.564,14				544.564,14
000072-2025	25/08/2025				544.564,14	(544.564,14)
000073-2025	27/08/2025				37.477,52	(37.477,52)
000075-2025	29/08/2025			92.400,00	92.400,00	0,00
000083-2025	26/09/2025	7.195,16	268.000,00	582.151,42	582.151,42	275.195,16
000088-2025	10/10/2025		142.123,00			142.123,00
000089-2025	17/10/2025		1.000.000,00	920.602,24	920.602,24	1.000.000,00
000090-2025	21/10/2025			140.000,00	140.000,00	0,00
000095-2025	30/10/2025		1.170.000,00			1.170.000,00
000098-2025	07/11/2025		2.000.000,00	627.050,00	627.050,00	2.000.000,00
000101-2025	14/11/2025		700.000,00			700.000,00
000102-2025	19/11/2025			106.000,00	106.000,00	0,00
000107-2025	03/12/2025			719.986,89	19.986,89	700.000,00
000112-2025	12/12/2025			74.425,72	74.425,72	0,00
000113-2025	17/12/2025			754.770,41	754.770,41	0,00
000114-2025	18/12/2025			1.108.532,90		1.108.532,90
TOTAL GERAL:		4.526.327,80	5.280.123,00	18.755.039,04	11.844.111,34	16.717.378,50

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças – SPF

A fim de demonstrar de forma resumida, a Dotação Inicial é determinada pelo saldo da conta contábil 5.2.2.1.1.01.00 (Crédito Inicial). A dotação atualizada, por sua vez, é calculada pela soma da dotação inicial com os créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício, descontadas as anulações ou cancelamentos correspondentes. Assim, a dotação atualizada é evidenciada pelo somatório das contas 5.2.2.1.1.01.00 (Dotação Inicial) e 5.2.2.1.2.01.00 (Dotação Adicional - Suplementar), deduzido o valor da conta contábil 5.2.2.1.9.04.00 (Cancelamento de Dotação). Na conta 522110000 está registrada a Dotação Atualizada para o exercício 2025.

Tabela 2. Demonstrativo da Dotação Atualizada

Conta	Descritivo	Valor em R\$
-------	------------	--------------

5.2.2.1.1.01.00	Dotação Inicial	25.267.000,00
5.2.2.1.2.01.00	Dotação Adicional Suplementar	28.561.489,84
5.2.2.1.9.04.00	Cancelamento de Dotações	(11.844.111,34)
5.2.2.1.1.0.0.0.0	DOTAÇÃO ATUALIZADA	41.984.378,50

Fonte: Sistema de Planejamento e Finanças

Os Créditos Adicionais foram realizados com: Superávit; Excesso de Arrecadação e Repasses do Executivo.

5 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – ANEXO 12

O Balanço Orçamentário demonstra, de forma comparativa, as receitas previstas com as receitas realizadas e as despesas fixadas com as despesas executadas, evidenciando o resultado orçamentário do exercício.

Em termos práticos, o Balanço Orçamentário apresenta:

RECEITAS: Previsão inicial; Previsão atualizada; Receita Realizada e Saldo.

DESPESAS: Dotação inicial; Dotação atualizada; Despesa empenhada; Despesa liquidada; Despesa paga e Saldo de Dotação.

O Balanço Orçamentário é composto pelos seguintes quadros:

- a. Quadro Principal;
- b. Quadro da Execução dos Restos a Pagar;
- c. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

Regime Contábil

Os registros patrimoniais observam o regime de competência, enquanto os registros orçamentários seguem o disposto no Art. 35 da Lei 4.320/1964, pertencem ao exercício financeiro:

I - as receitas nele arrecadadas;

II - as despesas nele legalmente empenhadas.

A AGEMS adota os regimes em conformidade com a Lei 4.320/1964 e Normas do MCASP.

Critérios de Classificação Adotado

Para a elaboração do orçamento, são adotadas as classificações previstas na legislação vigente e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 11ª edição, destacando-se:

- a. Classificação da despesa por esfera orçamentária (Orçamento Fiscal, Orçamento da Seguridade Social e Orçamento de Investimento);
- b. Classificação Institucional;
- c. Classificação da receita e da despesa por categoria econômica.

5.1 RECEITA ORÇAMENTÁRIA

A previsão inicial da receita fixada para o exercício 2025, foi de R\$ 22.472.000,00 (vinte e dois milhões, quatrocentos e setenta e dois mil reais), no decorrer do exercício houve reestimativa de receita no valor de R\$ 3.410.123,00 (três milhões, quatrocentos dez mil e cento e vinte três reais), passando a Previsão da Receita Atualizada, para R\$ 25.882.123,00 (vinte e cinco milhões, oitocentos e oitenta e dois mil, cento e vinte três reais).

A arrecadação realizada totalizou R\$ 25.838.199,59 (vinte e cinco milhões, oitocentos e trinta e oito mil, cento e noventa e nove reais e cinquenta e nove centavos). Conforme demonstrado na Tabela 3, a totalidade da arrecadação decorreu de Receitas Correntes, as quais atingiram 99,83% da previsão atualizada, não havendo previsão nem realização de Receitas de Capital no exercício.

TABELA 3 – CATEGORIA ECONÔMICA

Categoria Econômica	Previsão Atualizada	Receita Realizada
Receitas Correntes	25.882.123,00	25.838.199,59
Receitas de Capital	-	-
Total	25.882.123,00	25.838.199,59

Na Tabela 4 evidencia a correspondência integral entre a Receita Orçamentária registrada no Balanço Orçamentário (Anexo 12) e Balanço Financeiro (Anexo 13), no montante de R\$ 25.838.199,59 , não havendo divergência entre os demonstrativos.

Tabela 4. Receita Orçamentária no Balanço Orçamentário e no Balanço Financeiro

Anexo 12 – Balanço Orçamentário	Anexo 13 – Balanço Financeiro
Receita Orçamentária R\$ 25.838.199,59	Receita Orçamentária R\$ 25.838.199,59

Tabela 5: São apresentados os dados relativos à execução das Receitas Correntes no exercício, com indicação da previsão atualizada, da arrecadação realizada, do percentual de realização em relação à previsão e da representatividade de cada categoria no total das receitas correntes.

Tabela 5 - Receitas Correntes Previstas x Receitas Correntes Realizadas

Receitas Correntes	Previsão Atualizada	Receita Realizada
Impostos e Taxas e Contribuições	4.621.400,00	5.546.682,23
Receita Patrimonial	189.300,00	175.105,88
Receita de Serviços	19.858.700,00	18.435.157,20
Transferências Correntes	681.623,00	824.413,33
Outras Receitas Correntes	551.100,00	856.840,95
Total	25.882.123,00	25.838.199,59

Na composição total da receita realizada, observa-se maior concentração na rubrica "**Receitas de Serviços**", justificando a Natureza Institucional da AGEMS.

6 - DESPESA ORÇAMENTÁRIA

A dotação inicial da AGEMS aprovada para o exercício 2025 foi fixada em R\$ 25.267.000,00 (vinte e cinco milhões, duzentos e sessenta e sete mil reais), no decorrer da execução, houve a inserção de créditos adicionais amparados pela legislação vigente, passando para R\$ 41.984.378,50 a dotação atualizada.

No exercício 2025, foram empenhadas despesas orçamentárias no montante de R\$ 38.965.174,53 (trinta e oito milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, cento e setenta e quatro reais e cinquenta e três centavos), conforme demonstrado na tabela 6.

Tabela 6 - Despesa por Categoria Econômica

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas
Despesas Correntes	25.267.000,00	41.793.028,85	38.842.651,38
Despesas de Capital	-	191.349,65	122.523,15
Total	25.267.000,00	41.984.378,50	38.965.174,53

O valor predominante das despesas empenhadas, está no Grupo de Despesas Correntes, evidenciando que estão concentradas na manutenção e ao funcionamento da Instituição.

Observa-se que não houve dotação inicial para despesas de capital, portanto, foi realizado suplementação com cancelamento para as respectivas despesas empenhadas.

A tabela 7 demonstra o comportamento da dotação orçamentária no decorrer da execução, houve créditos suplementares com: excesso de arrecadação, superávit e com cancelamento de dotação, conforme demonstrado, portanto, a suplementação real fixada para o exercício foi R\$ 16.717.378,50.

Tabela 7 - Detalhamento do Orçamento – Exercício 2025

DESCRIÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	25.267.000,00
Dotação Adicional por tipo de crédito	28.561.489,84
Anulação de Dotação	(11.844.111,34)
Dotação Atualizada (Fixação da Despesa)	41.984.378,50

A tabela 8 Apresenta a composição das despesas fixadas e empenhadas por grupo de natureza de despesa.

Tabela 8 - Despesas Fixadas e Empenhadas

Grupo de Despesas	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas
Pessoal e Encargos Sociais	17.800.051,27	16.892.549,79
Outras Despesas Correntes	23.992.977,58	21.950.101,59
Subtotal Despesas Correntes	41.793.028,85	38.842.651,38
Investimentos	191.349,65	122.523,15
Subtotal Despesas de Capital	191.349,65	122.523,15
Total	41.984.378,50	38.965.174,53

Observa-se que a execução orçamentária atingiu 92,80% da dotação atualizada.

O grupo "Outras Despesas Correntes" estão representadas por 52,28% da dotação atualizada, equivalente a R\$ 21.950.101,59 (vinte e um milhões, novecentos e cinquenta mil, cento e um reais e cinquenta e nove centavos), contemplando as despesas indispensáveis à manutenção e ao funcionamento das atividades institucionais da AGEMS.

Com referência às Despesas de Capital, houve execução pouco expressiva no grupo de "Investimentos", cuja realização correspondeu 0,29% da dotação atualizada correspondendo ao valor de R\$ 122.523,15 (cento e vinte dois mil, quinhentos e vinte três reais e quinze centavos) referente a aquisição de Microcomputadores para o desempenho das atividades da AGEMS.

A tabela 9: Apresenta o confronto entre os valores das despesas empenhadas evidenciadas no Balanço Orçamentário (Anexo 12) e aqueles registrados como Despesas Orçamentária no Balanço Financeiro (Anexo 13), com o objetivo de verificar a coerência e a conformidade das informações apresentadas nos demonstrativos contábeis.

Tabela 9 - Confronto entre Despesas Empenhadas (BO) e Despesa Orçamentária (BF)

Anexo 12 Balanço Orçamentário		Anexo 13 Balanço Financeiro	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Despesa Empenhada	38.965.174,53	Despesa Orçamentária	38.965.174,53
Total	38.965.174,53	Total	38.965.174,53

6.1 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Tabela 10: O resultado orçamentário no exercício de 2025 foi deficitário no valor de R\$ 13.126.974,94 (treze milhões cento e vinte e seis mil novecentos e setenta e quatro reais e noventa e quatro centavos), foi apurado pelo confronto entre receitas orçamentárias realizadas, no valor de R\$ 25.838.199,59 e despesas orçamentárias empenhadas no valor R\$ 38.965.174,53 conforme demonstrado na Tabela 10, estando certificado no Anexo 1 – Demonstrativo da Receita e da Despesa segundo as Categorias Econômicas e no Balanço Orçamentário – Anexo 12.

O déficit orçamentário, tem como fator preponderante o repasse do Poder Executivo por meio da Fonte 500 para custeio, decorrente da natureza institucional AGEMS, cuja execução depende parcialmente de transferências financeiras intraorçamentárias recebidas do Tesouro Estadual, classificadas no Balanço Financeiro e não no Balanço Orçamentário, cujo valor não caracteriza receita realizada.

Esse déficit foi coberto por Transferências Financeiras Recebidas R\$ 10.902.316,93.

Tabela 10 – Demonstração do Resultado Orçamentário

Exercício 2025			Exercício 2024		
Receita	Despesa	Resultado	Receita	Despesa	Resultado
25.838.199,59	38.965.174,53	(13.126.974,94)	24.733.731,64	33.801.152,38	(9.067.420,74)

6.2 – EXECUÇÃO DA DESPESA / RESTOS A PAGAR: PROCESSADOS/PROCESSADO PAGOS

Tabela 11 – Demonstrativo de Restos a Pagar

Descrição	Valor
Despesas Empenhadas	38.965.174,53
Despesas Empenhadas e Liquidadas	38.965.174,53
Despesas Pagas	38.956.011,86
Inscrição de Restos a Pagar Processados	9.162,67
Restos a Pagar Processados Pagos no Exercício	1.035.692,38
Restos a Pagar Processo Cancelados no exercício	25.997,67

Os Restos a Pagar Cancelados, estão amparados no Decreto Nº.16.695, de 14 de novembro de 2025 e Portaria AGEMS Nº. 323, de 23 de dezembro de 2025.

O Balanço Orçamentário reflete adequadamente a execução da receita e da despesa no exercício 2025, mantendo a conformidade entre os demonstrativos apresentados.

7. BALANÇO FINANCEIRO (ANEXO 13)

A Lei 4.320/1964, art. 103, definiu que o Balanço Financeiro deve demonstrar a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte. Esse confronto entre as movimentações financeiras de entradas e saídas, evidenciado no Balanço Financeiro, permite a apuração do Resultado Financeiro do setor público.

NOTA: Ressaltamos que o valor da Receita Orçamentária Arrecadada apresentada no Anexo 12 - Balanço Orçamentário, confere com o valor apresentado no Anexo 13 - Balanço Financeiro R\$ 25.838.199,59.

Composto por quadro único, o demonstrativo apresenta:

- A receita orçamentária arrecadada e a despesa orçamentária paga por fonte/destinação de recursos, com a devida segregação entre recursos vinculados e não vinculados;
- As transferências financeiras recebidas e concedidas, incluindo aportes ao RPPS;
- Os ingressos e dispêndios extraorçamentários;
- As movimentações de caixa e equivalentes de caixa decorrentes de outras operações financeiras;
- O saldo de caixa do exercício anterior e para o exercício seguinte;

A elaboração do demonstrativo observou, a Lei nº 4.320/1964, os procedimentos estabelecidos na Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC06 - STN, além de buscar atender a conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 11ª edição, vigente no exercício.

As retenções em conformidade com o que permite o MCASP, são registradas na conta “Crédito Empenhado Liquidado Pago”, no momento da sua efetivação. Assim, a parcela da despesa correspondente à retenção é considerada paga quando da sua realização, tendo em vista que a obrigação perante o credor original é integralmente quitada.

Em decorrência dessa política, os Restos a Pagar Processados são inscritos pelo valor líquido devido ao credor, já deduzidas as retenções legais, preservando-se a consistência entre os demonstrativos contábeis e o Passivo Financeiro.

7.1 – INGRESSOS

No que se refere aos valores recebidos, evidencia-se “ Recursos Vinculados” (exceto RPPS) que apresentou o montante de R\$ 25.838.199,59 no exercício de 2025, conforme descrito na Tabela 12.

Tabela 12 – Identificação do Recursos

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2025	EXERCÍCIO 2024
Recursos Vinculados (exceto RPPS)	25.838.199,59	24.733.731,84
Total de Recursos Vinculados	25.838.199,59	24.733.731,84
Transferências Recebidas para Execução Orçamentária	10.902.316,93	11.815.616,30
Total das Transferências Financeiras Recebidas	10.902.316,93	11.815.616,30
Inscrições em Restos a Pagar Processados	9.162,67	1.049.456,21
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	7.412.839,31	5.848.535,12
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.476.553,08	840.106,51
Total de Outros Recebimentos Extra Orçamentários	8.898.555,06	7.738.097,84

7.1.1 Análise dos Ingressos apresentados no Balanço Financeiro.

- Recursos Vinculados:

Observa-se que os recursos vinculados (exceto RPPS) apresentaram um aumento em 2025, passando de R\$ 24.733.731,84 em 2024 para R\$ 25.838.199,59 em 2025, o que representa um crescimento aproximado de 4,46%. Este resultado indicar maior volume de receitas destinada a finalidades específicas, conforme estabelecido em legislação ou convênios;

- Transferências Financeiras Recebidas

- **Transferências Financeiras Recebidas:**

As transferências recebidas para execução orçamentária apresentaram redução, passando de R\$ 11.815.616,30 em 2024 para R\$ 10.902.316,93 em 2025, representando uma queda de 14,6%.

- **Restos a Pagar Processados:**

Verifica-se uma expressiva redução nas inscrições em Restos a Pagar Processados, que passaram de R\$ 1.049.456,21 em 2024 para apenas R\$ 9.162,67 em 2025. Essa variação demonstra melhoria na gestão da execução orçamentária e financeira, indicando que a maior parte das despesas empenhadas foi devidamente liquidada e paga dentro do exercício, reduzindo a necessidade da postergação de obrigações para exercícios futuros;

- **Recebimentos Extraorçamentários**

Os depósitos restituíveis e valores vinculados aumentaram de R\$ 5.848.535,12 em 2024 para R\$ 7.412.839,31 em 2025, evidenciando maior movimentação de recursos de natureza transitória, como retenções e consignações.

Da mesma forma, outros recebimentos extraorçamentários cresceram de R\$ 840.106,51 para R\$ 1.476.553,08, contribuindo para que o total dessa categoria passasse de R\$ 7.738.097,84 em 2024 para R\$ 8.898.555,06 em 2025.

Tabela 13- Confronto entre os valores inscritos em Restos a Pagar Processados:

INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		
Anexo 13	Anexo 12	Anexo 17
Balanco Financeiro	Balanco Orçamentário	Demonstrativo da Dívida Flutuante
9.162,67	9.162,67	9.162,67

No confronto: Balanço Financeiro; Balanço Orçamentário e Demonstrativo da Dívida Flutuante, relativo aos Restos a Pagar Processados, evidencia-se a conformidade e a consistência das informações apresentadas nos demonstrativos contábeis.

Tabela 14 – Conciliação entre Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados – Balanço Financeiro x Dívida Flutuante

DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS (Ingressos de Depósitos/Consignações)	
Anexo 13	Anexo 17
Balanco Financeiro	Demonstrativo da Dívida Flutuante
7.412.839,31	7.424.395,08
O confronto demonstra uma diferença de R\$ 11.555,77	

Conforme demonstrado na Tabela 14, constata-se uma diferença de R\$ 11.555,77, relativo a esse valor, não houve registro em conta de banco, o valor não influenciará o Anexo 13 (Balanço Financeiro), refletindo apenas no Anexo 17.

7.1.2 – DETALHAMENTO DE OUTROS PAGAMENTOS/RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

Tabela 15 – Outros Pagamentos e Outros Recebimentos Extra orçamentários

DEMONSTRATIVO DE OUTROS VALORES ORÇAMENTÁRIOS MOVIMENTADOS EM 2025			
CONTA	DESCRIÇÃO	RECEBIMENTO	PAGAMENTO
113110102	13º Salário	1.211.253,34	1.211.253,34
113810901	Créditos a Receber	4.016,67	4.016,67
113810901	Salário Maternidade	127.865,31	127.865,31
218919803	Suprimento de Fundos	10.000,00	10.000,00
TOTAL		1.353.135,32	1.353.135,32

Mudança de Política e Critérios Contábeis – Outros Ingressos e Outros Desembolsos
Demonstração de Fluxo de Caixa -DFC– Anexo 18 da Lei nº 4.320/1964

Em conformidade com a Secretaria do Tesouro Nacional, especialmente com o IPC 08 – Demonstração de Fluxo de Caixa, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) (edição vigente), com a Lei nº 4.320/1964 e com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS), a Superintendência de Contabilidade Geral do Estado de Mato Grosso do Sul promoveu a revisão da política e dos critérios contábeis adotados na composição do grupo “Outros Ingressos e Outros Desembolsos”.

O IPC 08 estabelece que os campos “Outros ingressos” e “Outros desembolsos” (do fluxo operacional, do fluxo de investimento e do fluxo de financiamento) contemplam situações não previstas, cabendo a cada ente adaptá-los conforme suas necessidades. Geralmente, são valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa. Exemplos: recebimentos e pagamentos extraorçamentários; transferências financeiras entre órgãos do mesmo ente; aplicações e resgates de investimentos temporários.

Considerando que não há definição normativa taxativa acerca da composição das contas desse grupo, procedeu-se à revisão da política contábil anteriormente adotada, com o objetivo de aprimorar a aderência conceitual, técnica e metodológica do demonstrativo à finalidade prevista no art. 103 da Lei nº 4.320/1964, qual seja, evidenciar as movimentações financeiras que impactam as disponibilidades de caixa.

A revisão fundamentou-se nos seguintes referenciais: –

MCASP – que orienta que os recebimentos e pagamentos extraorçamentários devem abranger exclusivamente movimentações financeiras que não transitam pelo orçamento, tais como:

- Depósitos e consignações de terceiros;
- Cauções, fianças e garantias;
- Retenções e valores sob guarda da entidade, de natureza transitória.

IPSAS 1 (Presentation of Financial Statements) e IPSAS 2 (Cash Flow Statements) – que determinam que as demonstrações contábeis devem:

- Apresentar informações livres de distorções relevantes; Evitar dupla evidenciação de fluxos financeiros;
- Assegurar consistência e comparabilidade entre os demonstrativos.
- Princípios Contábeis Aplicados ao Setor Público, especialmente os da Evidenciação, Fidedignidade e Consistência.

A alteração consistiu, essencialmente, na revisão dos critérios de reconhecimento e classificação dos registros integrantes do referido grupo, contemplando:

- Exclusão de valores que representavam mera circulação interna de recursos ou eventos já evidenciados como receitas e despesas orçamentárias, notadamente:

- 113810600 – Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo;
- 491110101 – VPA Bruta a Classificar;
- Manutenção apenas dos ingressos e dispêndios que caracterizam obrigações financeiras de terceiros ou valores de natureza transitória, sem impacto orçamentário;
- Alinhamento metodológico entre os demonstrativos, eliminando sobreposições e assegurando coerência entre o Balanço Financeiro e as demais demonstrações contábeis.

Ressalta-se que a presente alteração possui natureza exclusivamente procedimental e de evidenciação, não produzindo impacto no resultado patrimonial, no resultado financeiro ou na execução orçamentária, limitando-se à forma de apresentação dos fluxos financeiros. A mudança ora implementada visa assegurar maior clareza, consistência e transparência na prestação de contas, bem como o adequado atendimento às orientações dos órgãos de controle em especial o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

7.1.3 - RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro evidencia a disponibilidade de recursos ao final do exercício, representando a diferença entre os ingressos e os dispêndios financeiros ocorridos no período, apurado pelo confronto entre os ingressos e os dispêndios orçamentários e extraorçamentários.

Tabela 16-Apuração do Resultado Financeiro

Descrição	Valor
Saldo do Exercício Anterior	5.650.000,08
Saldo para o Exercício Seguinte	1.804.883,52
Resultado Financeiro	-3.845.116,56

No final de 2024 – Caixa e Equivalentes de Caixa apresentou o valor de R\$ 5.650.000,08, enquanto que no final de 2025 apresentou o valor de R\$ 1.804.883,52. A redução do caixa decorre do financiamento do déficit financeiro do exercício e da manutenção da execução das despesas correntes.

8 - BALANÇO PATRIMONIAL (ANEXO 14)

O Balanço Patrimonial demonstra a posição do patrimonial do ente público, apresentando qualitativamente e quantitativamente a composição dos ativos, passivos e patrimônio líquido da entidade no encerramento do exercício. Incluindo os atos potenciais registrados em contas de compensação (controle). Em atendimento aos novos padrões de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em conformidade com a Lei 4.320/1964.

Composição do Balanço Patrimonial:

8.1 Quadro Principal: Ativos, Passivos e Patrimônio Líquido;
8.2 Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
8.3 Quadro das Contas de Compensação;
8.4 Quadro do Superávit / Déficit Financeiro.

A base da elaboração do Balanço Patrimonial: é o "Balancete de Verificação Consolidado do Encerramento do Exercício" extraído do Sistema de Planejamento Financeiro (SPF) em 31 de dezembro do exercício analisado, o que permite quando necessário, um maior detalhamento dos saldos das contas contábeis.

Tabela 17 - Ativo Circulante

Descrição	2025	2024
Caixa e Equivalente de Caixa	1.804.883,52	5.650.000,08
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	5.576,30	4.361,16
Estoque	24.002,89	16.299,70
TOTAL	1.834.462,71	5.670.660,94

Caixa e Equivalente de Caixa: compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

- a) **Conta Única do Tesouro** - a administração financeira do Estado é realizada por meio do Sistema Financeiro de Conta Única
b) **Bancos Conta Movimento** - Demais Contas Este item demonstra as disponibilidades existentes em outras contas bancárias que não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única.
c)

Nota: Em 02 de dezembro de 2025 na conta 600074-6 - Agência 2576-3 Banco do Brasil (Bancos Conta Movimento), foi efetuado bloqueio no valor de R\$ 1.215,14 (hum mil, duzentos e quinze reais e catorze centavos), referente a determinação Judicial - Processo 08391951420218120001 da 4ª Vara da Fazenda Pública - Autor Master Serviços de Transporte Eireli - CNPJ 14.593.528/0001-26. Registro contábil através da 2025nl00200 de 17 de dezembro de 2025.

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Estão registrados os valores com realização dentro do Curto Prazo, conforme legislação vigente.

O valor de R\$ 5.576,30 registrado nesse grupo, refere-se ao Processo Administrativo 51/200.585/2019, encaminhado à Procuradoria de Controle da Dívida Ativa, através do Ofício nº. 143/DPRES/GAB/AGEMS/2023 de 30 de janeiro de 2023

Estoques

DEMONSTRATIVO DE MATERIASI EM ALMOXARIFADO-SALDO FINAL		
DESCRIÇÃO DO MATERIAL	VALOR	
	EXERCÍCIO 2025	EXERCÍCIO 2024
Material de Consumo	4.208,58	2.395,90
Gêneros Alimentícios	1.774,70	2.211,55
Auto Peças	15.932,66	2.211,55
Material de Expediente	2.086,95	1.792,95
TOTAL ESTOQUES	24.002,89	16.299,70

O grupo Estoques, conforme evidenciado no Balanço Patrimonial, apresentou em 2025 o montante de R\$ 24.002,89 registrando aumento em relação ao exercício de 2024, cujo saldo foi de R\$ 16.299,70. A composição dos estoques no exercício de 2025 encontra-se detalhada na Tabela 18, evidenciando a distribuição dos saldos por natureza de material. A variação reflete a dinâmica de aquisição e consumo de materiais no período, conforme as necessidades operacionais da entidade.

Tabela 18 - ATIVO NÃO CIRCULANTE

DESCRIÇÃO	2025	2024
Bens Móveis	1.295.507,45	1.272.484,19
(-) Depreciação Acumulada	369.407,76	311.839,52
Total líquido do Imobilizado	926.099,69	960.644,67
Softwares	400.000,00	400.000,00
(-) Amortização Acumulada	278.000,00	144.560,00
Total líquido do Intangível	122.000,00	255.440,00
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.048.099,69	1.216.084,67

O Ativo Não Circulante, no âmbito da contabilidade pública, é definido e regulamentado principalmente pela Lei nº 4.320/1964 e pelas normas da Secretaria do Tesouro Nacional, especialmente no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

O Ativo Não Circulante é composto por elementos patrimoniais que possuem caráter permanente ou de longo prazo, sendo destinados à manutenção das atividades da entidade pública.

18.1. Imobilizado

É o grupo do ativo que compreende os bens tangíveis destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à entidade os benefícios, riscos e controle desses bens.

18.2. Intangível

É o grupo do ativo que compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à entidade os benefícios, riscos e controle desses bens.

DEMONSTRATIVO DOS BENS PERMANENTES

Conta CONTÁBIL	Descrição	2025	2024	Vida ÚTIL/MÊS	%	DEPRECIÇÃO
12.311.01.01	Aparelho de Medição e Orientação	2.019,50	1.952,00	180	0,56	10%
12.311.01.02	Aparelho de Equipamento e Comunicação	60.925,12	56.232,12	120	0,83	20%
12.311.01.05	Aparelho de Proteção Segurança e Socorro	421,00	421,00	120	0,83	10%
12.311.01.07	Máquinas e Equipamentos Energéticos	379,70	4.399,07	120	0,83	10%
12.311.01.08	Máquinas e Equipamentos Gráficos	780,00	1.464,00	180	0,56	10%
12.311.01.09	Máquinas Ferramentas Utensílios de Oficina	600,00	-	180	0,56	10%
12.311.01.99	Outras Máquinas Aparelhos Equipam. Ferramentas	87.106,95	94.700,35	120	0,83	10%
12.311.02.01	Equipamento de Processamento Dados	428.878,39	390.280,27	60	1,67	10%
12.311.03.01	Aparelhos e Utensílios Doméstico	10.102,77	10.102,77	120	0,83	10%
12.311.03.02	Máquinas e Utensílios de Escritório	3.000,00	-	120	0,83	10%
12.311.03.03	Mobiliário em Geral	320.867,08	339.593,74	120	0,83	10%
12.311.04.02	Coleção e Materiais Bibliográficos	629,80	629,80	120	0,83	10%
12.311.04.05	Equipamentos para Áudio Vídeo e Foto	62.348,00	53.588,00	120	0,83	10%
12.311.05.03	Veículos de Tração Mecânica	199.500,00	278.108,80	180	0,56	10%
12.311.05.05	Aeronaves	20.993,50	20.993,50	180	0,56	10%
12.311.99.01	Bens Móveis a Alienar	78.608,80	-	-	-	-
12.311.99.99	Bens Móveis- Peças não Incorporáveis a Imóveis	18.346,84	20.018,77	120	0,83	10%
	Total de Bens Móveis	1.295.507,45	1.272.484,19			

12.380.00.00	(-) Depreciação Acumulada	369.407,76	311.839,52	-	-	-
12.300.00.00	VALOR LÍQUIDO DO IMOBILIZADO	926.099,69	960.644,67			

Nota sobre o Ativo Imobilizado e Intangível:

- a) O valor de R\$ 78.608,80 registrado em Bens Móveis a Alienar, refere-se a 02 (dois) veículos tração mecânica enviados para alienação, conforme Despacho nº. 34551/2025/SAD/ASSAD, considerando estar obsoleto pela redução da vida útil;
- b) No exercício 2025, houve ENTRADAS no Ativo Imobilizado no valor de R\$ 122.523,15 e BAIXAS no valor de R\$ 73.729,67, em conformidade com a legislação vigente;
- c) O Intangível permaneceu estável, sofrendo redução somente pela AMORTIZAÇÃO.

TABELA 19 - QUADRO PRINCIPAL - PASSIVO CIRCULANTE

Passivo Circulante é o conjunto das obrigações da entidade que deverão ser liquidadas no curto prazo, normalmente até o final do exercício seguinte. O Passivo Circulante em 2025 totalizou R\$ 294.071,07 apresentando uma redução de 960.777,42 em relação a 2024 que registrou R\$ 1.254.848,49, indicando uma redução das dívidas de curto prazo.

19.1 As obrigações trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, compreendem as responsabilidades relativas a salários, remunerações e benefícios aos quais empregados ou servidores têm direito, incluindo encargos sociais e benefícios previdenciários com vencimento no curto prazo.

Tabela 19. Passivo Circulante

Descrição	2025	2024
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	167.142,32	1.189.457,31
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	9.162,67	38.493,60
Transferências Fiscais a Curto Prazo	973,03	1.975,26
Demais Obrigações a Curto Prazo	116.793,05	24.922,32
Total do Passivo Circulante	294.071,07	1.254.848,49

19.2 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, refere-se às obrigações da entidade com fornecedores nacionais, com vencimento dentro do exercício seguinte;

19.3 Transferências Fiscais a Curto Prazo, correspondem às obrigações assumidas pelo ente público relativas às transferências de recursos financeiros a outros entes;

19.4 Demais Obrigações a Curto Prazo, compreende as obrigações da instituição não incluídas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo.

ANEXO 14 QUADRO PRINCIPAL – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Patrimônio Líquido - representa o valor residual dos ativos da instituição, depois de deduzidos todos os seus passivos, somando-se ao resultado das Variações Patrimoniais. Enquanto os "Resultados Acumulados" são formados pelos resultados obtidos de exercícios anteriores.

É um dos conceitos mais relevantes do Balanço Patrimonial, leva em consideração: Resultados Acumulados, Fluxo de Caixa, entre outros.

TABELA 19 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
DESCRIÇÃO	2025	2024
Patrimônio Líquido =	2.588.491,33	5.631.897,12
Resultado Exercício Anterior	(+) 5.231.897,12	(+) 3.135.876,61
Resultado Patrimonial	(-) 3.043.405,78	(+) 2.064.686,45
Constituição da Reserva	(+) 400.000,00	(+) 400.000,00
Ajustes de Exercício Anterior	-	(+) 31.334,06

Resultados Acumulados

Compreende os superávits ou déficits.

Os Resultados Acumulados são: A soma dos resultados positivos/negativos nas Demonstrações de Resultados dos Exercícios Anteriores (mais/menos) o resultado do exercício atual, desde a constituição da Autarquia.

ANEXO 15 DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

TABELA 20 DEMONSTRAÇÕES PATRIMONIAIS

DESCRIÇÃO	2025	2024
Variação Patrimonial Diminutiva	39.813.909,74	34.489.759,53
Variação Patrimonial Aumentativa	36.770.503,95	36.554.485,98
Resultado Patrimonial do Período	(3.043.405,79)	2.064.726,45

A redução do Patrimônio Líquido, decorre diretamente do resultado Patrimonial do Exercício R\$ 3.043.405,79.

De acordo com a Lei 4.320 de 17 de março de 1964, art. 104, essa demonstração evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária e indicará o resultado patrimonial do exercício, que influencia na evolução do patrimônio líquido de um período, é demonstrado no Balanço Patrimonial.

O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas: aumentativas e diminutivas, o valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

Tabela 21 - Transferências e Delegações Recebidas/Demais Transferências

Descrição	Valor	Total
Repasse do Executivo	10.902.316,93	10.902.316,93
Outras Transferências de Convênios	824.413,33	824.413,33
TOTAL	11.726.730,26	11.726.730,26

Tabela 22 Outras Transferências – Valorização e Ganhos

TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS			
DESCRIÇÃO	FINANCEIRAS	NÃO FINANCEIRAS	TOTAL
a) Ganhos com incorporação de ativos		2.734,70	2.734,70
b) Ganhos com desincorporação de Passivos	-	27.252,73	27.252,73
c) Indenizações e Restituições	125,00	-	125,00
d) Demais Transferências	856.715,95		856.715,95
TOTAL	856.840,95	29.987,43	886.828,38

A DVP demonstra as transferências financeiras e não financeiras, compreendem o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas, não incluídas nos demais grupos.

Tabela 23 – Transferências Concedidas

Descrição	Financeiras	Não Financeiras
Contribuição ao Pasep	380.803,22	-
Repasse ao Executivo	608.717,20	-
Transferência Aporte RPPS	79.095,47	-
Perdas com Imobilizado	-	78.789,60
Total	1.068.615,59	78.789,60

Transferências concedidas, são repasses de recursos financeiros, correntes ou de capital transferidos para outros entes ou entidades, geralmente para realização de convênios, auxílios ou parcerias.

Anexo 17 Dívida Flutuante

A Dívida Flutuante compreende as obrigações contraídas por período limitado de tempo, que não ultrapassam o exercício financeiro, seja na condição de administrador de bens de terceiros confiados à guarda da entidade, seja para atender necessidades momentâneas de caixa, realizadas independentemente de autorização orçamentária.

A Dívida Flutuante conforme disposto no art. 92 da Lei 4.320/1964, engloba:

- I - restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;
- II - serviços da dívida a pagar;
- III - depósitos;
- IV - débitos de tesouraria.

Nesse demonstrativo evidencia o saldo do exercício anterior, a movimentação de inscrição, a baixa realizada no exercício, e o saldo da dívida fluante para o exercício seguinte.

Neste aspecto as informações para elaboração do Balanço Financeiro, serão retiradas do subsistema de informações patrimoniais das contas com indicador de resultado financeiro igual a "F", localizado na conta corrente das contas do grupo 2.1.8.8.0.00.00 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, com um detalhe a mais, ou seja, considerando o movimento das contas com indicador de resultado igual a "F" e "P".

Portanto, a diferença entre os dois demonstrativos (Anexo 13 e Anexo 17) é que o primeiro contempla apenas informações financeiras que sensibilizam caixa e equivalentes de caixa, contas com indicador, se superávit igual a "F", e o segundo (anexo 17) contemplam tanto informações com indicador de superávit financeiro como permanente.

Anexo 18 Fluxo de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC - apresenta análise da capacidade da Instituição de gerar caixa e equivalentes de caixa, e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades, sendo composta de recursos pelos fluxos de caixa das atividades operacionais e de convênios, apurando-se a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento.

O Anexo 18 – DFC serve para:
Avaliar a capacidade de gerar caixa;
Verificar a saúde financeira;
Apoiar a tomada de decisão;
Garantir transparência na Gestão Pública

Considerações Finais

As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas em conformidade com as disposições da Lei 4.320/1964, das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As demonstrações refletem a posição patrimonial, orçamentária e financeira da Autarquia, evidenciando os principais atos e fatos da gestão no exercício, bem como os critérios adotados para o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos elementos que compõem o patrimônio público.

No exercício 2025, observa-se que os resultados apresentados foram impactados, principalmente, por variações patrimoniais relevantes, com destaque para o resultado patrimonial deficitário, decorrente do reconhecimento de despesas superiores às variações patrimoniais aumentativas, refletindo diretamente na redução do Patrimônio Líquido da entidade.

Ressalta-se ainda, que as informações contábeis apresentadas foram elaboradas com base em dados extraídos dos sistemas oficiais da entidade, sendo submetidas a procedimentos de conferência e consistência, visando assegurar sua confiabilidade e integridade.

O exercício na montagem/organização de Seminários Técnicos, participação dos servidores em Cursos Técnicos e Profissionalizantes, produziram resultados satisfatórios, dando maior destaque e fortalecimento na imagem da Agência, junto à sociedade e público de relacionamento.

LOURDES RIBEIRO RAMOS
Contadora-CRC-MS 002380/0-0

CARLOS ALBERTO DE ASSIS
Diretor Presidente